

SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS – FORMAÇÃO SEMINÁRIO MAIOR (1950 – 1964)

Michelle Mattar Pereira de Oliveira Tavares ¹

Sandra Cristina Fagundes de Lima²

RESUMO

A política educacional instaurada no Brasil entre os anos 1950 e 1964 pode ser melhor compreendida ao retomarmos o fim do Estado Novo, em 1947. A partir dessa análise, é possível constatar-se que parte da política brasileira buscava instalar as bases de um regime considerado democrático e assim criar condições para retomar a discussão acerca da organização da educação em padrões nacionais. Este trabalho tem o objetivo de apresentar como foi a política educacional instaurada no Brasil entre os anos 1950-1964, a partir do curso oferecido para alunos no Seminário Maior e que estudavam no Seminário Sagrado Coração de Jesus de Diamantina - MG. Para isso, foram analisados documentos de circulação interna da instituição, como a rotina dos alunos, disciplinas oferecidas e o número de matrículas. A proposta de tentar, através da educação, delinear a mente do indivíduo de forma passiva, era o mecanismo principal utilizado pela Igreja Católica, uma vez que o ensino ofertado pelos padres compreendia questões de conhecimento da sociedade e da Igreja. Os resultados apontam que a formação recebida pelo Seminário Maior, estimulava no aluno ao trabalho religioso, intelectual e disciplinar, os quais eram objetivados a ordenação para o fim pastoral, mas ao contrário, os alunos desse Seminário Maior tinham mais interesse em receber a formação que a instituição oferecia para se colocarem em outras profissões na sociedade do que propriamente se tornarem padres. Isso denota a importância desse estabelecimento de ensino para a cidade de Diamantina e região.

Palavras-chave: Seminário Sagrado Coração de Jesus, Alunos, Formação Seminário Maior e Diamantina.

INTRODUÇÃO

O Brasil Império foi um período em que surgiram leis objetivando a inauguração de alguns estabelecimentos de ensino. Neste trabalho, destaca-se a lei imperial nº 693, de 10 de agosto de 1853, que destinou recursos financeiros para a construção do Palácio Episcopal na cidade de Diamantina – MG, e para o Seminário Sagrado Coração de Jesus³,

¹ Historiadora e Pedagoga. Mestre em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia - MG, ano 2014. Essa pesquisa foi desenvolvida com a bolsa de estudos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Contato: michellemattarp@gmail.com

² Orientadora: Professora titular aposentada do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – MG. Contato: sandralimaufu@gmail.com (in memoriam)

³ Seminário Sagrado Coração de Jesus, Seminário Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus, Seminário Episcopal Sagrado Coração de Jesus e Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus se tratam de denominações diferentes para se referir ao mesmo local de ensino, assim verificado por nós na

também construído com tais recursos. No período de 1950 a 1964, o Seminário foi administrado pelos padres Lazaristas, igualmente conhecidos como padres Vicentinos. Essa instituição foi inaugurada em 1864, com o objetivo de instruir meninos em idade escolar entre 11 e 14 anos, para que pudessem se tornar padres e atuar em cidades do estado de Minas Gerais, tais como Diamantina, Dattas, Felixlândia, Itamarandiba, Serro, entre outras.

Este trabalho⁴ tem o objetivo de apresentar como foi a política educacional instaurada no Brasil entre os anos 1950 e 1964, a partir do curso oferecido para alunos no Seminário Maior, que estudavam no Seminário de Diamantina - MG. Para isso, foram analisados documentos de circulação interna da instituição, como a rotina dos alunos, disciplinas oferecidas e o número de matrículas.

A pesquisa que realizamos sobre o Seminário Sagrado Coração de Jesus de Diamantina situou-se em um contexto histórico em que, no Brasil, coexistiam o movimento de crescente disputa pelos espaços educativos travados entre os defensores da escola pública e os arautos da escola privada, sobretudo os católicos. Também nesse contexto, manifestava-se a polarização política entre os conservadores, representados, nesse caso, pela Igreja Católica (ala conservadora), e os partidários das correntes de esquerda, notadamente os comunistas.

METODOLOGIA

O desenvolvimento da pesquisa, que se desdobra no presente trabalho, foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

Em relação às fontes bibliográficas, foram selecionadas teses e dissertações no Banco de teses da Capes, bem como artigos e livros que tratam do desenvolvimento da Igreja Católica no Brasil e em Diamantina, e sua influência na formação de meninos para se tornarem padres. Os descritores utilizados para encontrar esse material foram: política educacional, Igreja Católica em Diamantina, Seminário Sagrado Coração de Jesus e formação de padres.

documentação pesquisada. Optamos por utilizar vez ou outra, todas essas denominações já que nos documentos pesquisados as denominações variam.

⁴ O trabalho é parte da dissertação “Seminário Sagrado Coração de Jesus: os Padres Lazaristas e a Formação Religiosa em Diamantina – MG, 1950 – 1964”, defendida no mês de março de 2014, na linha de História e Historiografia da Educação do Programa de Pós – Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia – MG, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima. A realização do mestrado contou com bolsa de estudos da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior.

Em relação à pesquisa documental, buscamos fontes no acervo do Seminário Sagrado Coração de Jesus na cidade de Diamantina.

REFERENCIAL TEÓRICO

No que se refere ao aporte teórico, optamos por apresentar autores que discorrem sobre a importância da escola, o pensamento pedagógico e a influência da Igreja Católica na educação da sociedade.

A política educacional instaurada no Brasil entre os anos 1950 e 1964 pode ser melhor compreendida ao retomarmos os dois anos que antecederam o fim do Estado Novo, em 1947. A partir dessa análise, é possível constatar que parte da política brasileira buscava instalar as bases de um regime dito democrático e, nesse sentido, criaram-se condições para se retomar a discussão acerca da organização da educação em padrões nacionais.

O regime democrático fundamentava-se em um pensamento racionalista, que estava atrelado ao progresso do país e do indivíduo brasileiro. Esse progresso reelaborava proposições já discutidas com a Proclamação da República, tais como o desenvolvimento intelectual, o desenvolvimento teológico e o progresso social (ROMANO, 1979). Assim sendo, observa-se que algumas instituições sociais se destacavam para a conclusão desse projeto social, como é o caso da escola.

A escola apareceu como a instituição que podia abrir as portas do conhecimento e, como tal, colocava as pessoas e os países no caminho do progresso. A acentuação na importância da escola, que se traduziu, por exemplo, na determinação da escolaridade obrigatória, favoreceu um discurso tão especialmente favorável à generalização da escola, associando-a a promoção pessoal e ao desenvolvimento da qualidade de vida, que de algum modo o despojou dum rigor analítico capaz de melhor explicitar o sentido e o grau de pertinência da causa advogada (FERREIRA, 2005, p. 178).

A defesa da promoção pessoal do indivíduo que seria feita através da escola foi de suma importância para construir as bases do novo regime democrático que se buscava implantar. Com efeito, o pensamento pedagógico entre os anos 1940 e 1965 apostava na educação como um dos principais meios para o desenvolvimento da Nação e do indivíduo.

O pensamento pedagógico, repartido em tendências mais ou menos conservadoras ou progressistas, praticamente não encara a ausência da escola no desenvolvimento dum sistema educativo atual. Se algumas

vozes têm causado incômodo ao saírem fora desse alinhamento, as suas propostas não têm sido consideradas viáveis, sendo, quando muito, compendiadas para estudos mais ou menos diletantes e inconsequentes (FERREIRA, 2005, p.178).

No entanto, essa defesa da escola como meio de elevar a situação sociocultural do país não se processava sem conflitos, pois além dos defensores da escola pública, havia ainda os grupos que defendiam o ensino privado, tais como os Sindicatos Patronais e a Igreja Católica: “O principal instrumento de defesa desses interesses corporativos era formado pelos sindicatos patronais do ensino” (SENRA, 2010 p. 39). Porém, a Igreja Católica também apresenta a sua contribuição devido à sua tradição educacional no Brasil. Senão, vejamos:

No entanto, além dos sindicatos, a ação da Igreja católica se fez presente na defesa do interesse das escolas privadas. Pelo seu peso, pela sua tradição educadora e por ser portadora de uma profunda reserva em relação à possibilidade do exercício de um possível “monopólio educacional” por parte do Estado, os católicos articularam a resistência aos mecanismos governamentais de controle das instituições privadas de ensino. A fundação da Associação de Educação Católica do Brasil (AEC), em 1945, cumpriu a função de dar aos católicos uma entidade nacional capaz de articular as escolas e os educadores comprometidos com o seu ideário (SENRA, 2010, p.60).

A proposta de tentar, através da educação, moldar a mente do indivíduo de forma passiva era o principal mecanismo utilizado pela Igreja, uma vez que o ensino ofertado pelos padres católicos compreendia questões de conhecimento da sociedade e da Igreja. Se, nas primeiras décadas da República, a Igreja Católica procurava combater o moderno e o revolucionário, nas décadas posteriores, com a restauração Católica, a Igreja se ocupava em entender e atender às mudanças da sociedade brasileira. Isto porque, como grande parte da população se dizia Católica, a Igreja não poderia ir contra esses fiéis, pois, caso isso acontecesse, teria dificuldades em se reafirmar no contexto da sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2014).

Ao ressaltar o pensamento pedagógico, é possível notar que a Igreja não se separava do processo de construção da modernização do país, mesmo que não fosse a favor de algumas proposições implantadas pelo Estado. Todavia, algumas vezes, a Igreja mostrava-se em parceria com o Estado, pois sua ação fundada na educação e na teologia - ainda que provenientes de interesses privados - contribuía para estabelecer a disciplina entre os seus fiéis e, por conseguinte, para manter a ordem social.

Apesar de tensões consequentes das dissonâncias entre os projetos educativos do Estado e da Igreja, e apesar da tendência à crescente pressão do Estado sobre a vida das escolas privadas, os anos do período varguista tinham oferecido relativa segurança à educação escolar católica, por vincular o catolicismo ao seu próprio projeto de nação (SENRA, 2010, p. 61).

No que tange às décadas compreendidas entre os anos 1950 e 1964, setores da Igreja Católica em todo o Brasil fizeram uma aliança com o Estado a fim de manter a ordem nacional, seja por meio da educação, da política, da economia ou da cultura. O catolicismo era uma peça fundamental para implementar o projeto de nação, já que grande parte da população brasileira se declarava católica. Contudo, a Igreja Católica já tinha seu próprio projeto de Nação: ela não era contra o progresso do país, mas sim favorável à combinação de preceitos teológicos com discursos progressistas.

A Igreja, nos países subdesenvolvidos, longe de se representar contra o progresso e o desenvolvimento econômico, coloca-se como sua defensora e impulsionadora legítima. Isso pode conduzir uma inflexão na análise: procura-se, então, caracterizar seu discurso como uma mistura sincrética de motivos teológicos e representações progressistas (ROMANO, 1979, p. 64).

Assim, e com este objetivo, a Igreja procurou assumir comportamentos modernizantes, porém de fundamentos conservadores, cujos princípios se caracterizavam pela preocupação em manter uma determinada ordem estabelecida.

As atitudes da Igreja Católica, tanto no *ver*, quanto no *julgar e agir* diante das contradições do mundo moderno, podem decorrer de comportamentos “ingênuos” ou “astutos”. Especificamente, seria ingenuidade acreditar na educação para a liberdade na ótica da modernização que considerava os aspectos técnicos e metodológicos como dotados de uma falsa neutralidade e subestimava a astúcia das elites que viam nessa neutralidade a orientação de um tipo de educação que levaria as classes trabalhadoras a se tornarem mais científicas e objetivas e menos críticas [...]. O processo de modernização e a busca da eficiência podem continuar distantes do intuito de colaborar real e eficazmente com a supressão das injustiças do mundo (OLIVEIRA; SILVA, 2011, p. 213).

De fato, com os movimentos modernizantes educacionais no Brasil, surgiram também movimentos que lutavam a favor da igualdade entre povos, tais como o comunismo e, neste contexto, a Igreja Católica, em sua ala mais conservadora, os rechaçou. Nesse sentido, destaca-se a postura do Arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo

de Proença Sigaud, que combateu os ideais comunistas, tais como a prevalência da vontade coletiva, a reforma agrária e a transformação estrutural da sociedade brasileira, não medindo esforços para proclamar as suas críticas.

Um dos mais importantes representantes da Igreja Católica no combate ao comunismo e na defesa da propriedade privada foi o Arcebispo de Diamantina - MG, D Geraldo de Proença Sigaud. Suas idéias revelam traços essenciais do pensamento reacionário em nosso país, e, ao mesmo tempo, dão conta do combate intransigente que amplos setores da Igreja, aliados a grupos latifundiários, travavam contra a reforma agrária. Assim, conforme D. Sigaud (1962:5 ss.) “o comunismo é uma seita internacional” que visa “instaurar o reino de Satanás neste mundo”, destruindo “a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho” (GERMANO, 2005, p. 51).

O comunismo, para D. Geraldo de Proença Sigaud, aparecia de forma nefasta à população, uma vez que o considerava “profano” e destruidor da “liberdade”. Além disso, acreditava e expunha para a sociedade da cidade de Diamantina que tal sistema de governo defendia uma sociedade sem divisão de classes, ao contrário do que proclamava a Igreja.

Desse modo, se “todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e dos direitos dos filhos de herdar dos pais. A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada”. Em decorrência “a Igreja condena toda reforma agrária que não respeite como sagrado o direito de propriedade, seja do grande fazendeiro, como do pequeno sitiante”. Essa reforma agrária, segundo D. Sigaud prepara a revolução desejada pelo comunismo. Assim: “a) ela destrói as elites rurais, coluna indispensável da ordem social; b) cria uma grande desordem no campo, com lutas, violência, homicídios; c) daí nasce uma grande penúria e grande fome no campo e na cidade; d) assim se enfraquece a nação e se leva o povo ao desespero. Com isto as resistências anticomunistas ficam prejudicadas, e o Partido pode dar o golpe da Revolução” (GERMANO, 2005, p.52).

Com esse embate, podemos perceber que o ideário que justificou o Golpe Militar de 1964 e a consequente intervenção do Governo militar no Brasil foi defendido pela Igreja como uma “proteção” que o Estado deveria passar à população, afastando-a das consequências nefastas que o movimento comunista poderia causar.

A pesquisa que realizamos sobre o Seminário Sagrado Coração de Jesus de Diamantina está situada, portanto, em um contexto histórico em que, no Brasil, coexistiam movimentos de crescente disputa pelos espaços educativos, travados entre os defensores

da escola pública e os arautos da escola privada, sobretudo os católicos. Nesse contexto, manifestava-se a polarização política entre os conservadores, representados pela Igreja Católica (ala conservadora), e os partidários das correntes de esquerda, notadamente os comunistas. Para começarmos a compreender a história do Seminário de Diamantina no período compreendido entre 1950 a 1964, discutiremos a presença, no Estado de Minas Gerais, dos Lazaristas, ordem religiosa de onde se originou o Seminário em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Seminário Maior, no ano de 1960, estava dividido em dois cursos, quais sejam, Curso de Filosofia (3 anos) e o Curso de Teologia (4 anos), como mostra no documento: “III-ENSINO O Seminário mantém atualmente os cursos seguintes: d) Curso Filosófico. Três anos. e) Curso Teológico. Quatro anos”. (SSCJ, 1956a, p.6).

No Quadro 1 a seguir, podemos verificar os cursos, ano e total de inscritos em cada curso, bem como a rotina do aluno e os principais conteúdos ensinados em cada curso.

Quadro 1 - Matrícula no Seminário Maior no Ano de 1960

Curso	Ano 1960	Total de inscritos
Teologia	1º ano	3
Teologia	2º ano	7
Teologia	3º ano	4
Filosofia	1º ano	5
Filosofia	2º ano	9

Fonte: A autora a partir de SASCJ (1956-1996).

Se no Seminário Menor o aluno não tinha a obrigação “propriamente dita” de seguir carreira eclesiástica, no Seminário Maior ele era formado especificamente para seguir tal fim. Por esse motivo, no Seminário Maior as horas de estudos eram ampliadas e os alunos tinham uma rotina adequada para este propósito, com mais atividades e estudos. Verificamos também que os conteúdos ensinados contemplavam mais o aspecto religioso, conforme ficará claro na exposição de cada disciplina feita no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 - Seminário Maior: rotina em dias úteis

05:30 – Levantar-se
05:55 – Oração. Missa. Café. Recreio.
08:00 – Estudo.
08:45 – Aula.
09:30 – Recreio.

09:45 – Estudo.
10:30 – Aula.
11:15 – Recreio.
11:25 – Novo Testamento. Exame particular. Almoço. Recreio.
13:00 – Estudo.
14:00 – Aula.
14:45 – Merenda. Recreio.
15:15 – Estudo.
16:00 – Aula.
16:45 – Recreio.
17:00 – Estudo.
17:35 – Terço.
17:55 – Exame particular. Jantar. Recreio.
19:30 – Estudo.
20:30 – Visita ao Monsenhor. Completas ⁵ .
21:45 – Apagar as luzes...

Fonte: A autora, a partir de SPSCJ (1961, p.64).

A administração pedagógica do Seminário seguia uma rotina entre horários de estudos e atividades intercaladas, como leituras espirituais, missa e recreio. Para que essa rotina fosse cumprida contavam com a colaboração do corpo docente.

Tal como no Seminário Menor, no Seminário Maior, de acordo com a rotina apresentada no Quadro 3, os alunos tinham o cotidiano ligeiramente diferenciado nos dias de domingos e dias santos.

Quadro 3- Seminário Maior: rotina aos domingos e dias santos

05:30 – Levantar-se
05:55 – Oração. Missa Solene. Café. Recreio.
10:30 – Estudo.
11:00 – Congregação Mariana (Domingo)
11:22 – Novo Testamento. Exame particular. Almoço. Recreio.
13:30 – Estudo (mesmo não havendo vésperas)
14:00 –Vésperas, Merenda e Recreio.
17:00 – Estudo.
17:55 – Exame particular. Jantar. Recreio.
19:15 – Benção do Monsenhor. Estudo.
20:20 – Leitura Espiritual
20:45 – Completas
21:45 – Apagar as luzes...

Fonte: A autora a partir de SPSCJ (1961, p.65).

⁵ Designa a oração que o seminarista faz ao final do dia que deveria completar todas as demais feitas durante o dia: Laudes, horas médias, vésperas e completas. A celebração litúrgica designada pela Igreja está disposta a santificar o correr do tempo por meio de meditação e reza “Para isso está dividida em “horas”, que correspondem aos diferentes momentos do dia e da noite” (PEDRO, 1993, p. 176).

Nos Quadros 2 e 3 percebemos que o horário para o aluno se levantar e se deitar é o mesmo, tanto em dias úteis quanto em dias santos. No período da manhã os horários são diferentes, pois, em domingos e dias santos, havia a Missa Solene, enquanto em dias comuns de aula, não. Outro ponto a ser destacado é que, em dias santos e domingos, o Seminário recebia visita de padres da Congregação da Missão de Mariana-MG no próprio estabelecimento. Nesses dias, os alunos também tinham aulas de vésperas, que não eram ministradas durante os dias normais.

Assim, os administradores do seminário contavam com a colaboração do corpo docente, programas de disciplinas, livros e alunos para que a rotina diária pudesse ser cumprida. Além disso, com essa programação, o aluno poderia interagir não só com seus colegas, mas também com professores.

DISCIPLINAS DOS CURSOS DO SEMINÁRIO MAIOR

1. Curso de Filosofia

No curso de Filosofia, com duração de 3 anos, o aluno contava com as seguintes disciplinas: *Lógica et Psychologia* (Lógica e Psicologia) (no primeiro ano) e; no 2º e 3º ano os alunos tinham *Theodiceia* (Teodiceia), *Ethica* (Ética). Além disso, em todos os anos os alunos aprendiam as seguintes disciplinas: História, Filosofia, Apologética, Sociologia, Língua Hebraica, *Introductio in Sacram Scripturam* (Introdução à Sagrada Escritura), *Psychologia Experimentalis* (Psicologia Experimental), Pedagogia, Pedagogia *Catequética* (Pedagogia Catequética), Literatura, Arte Sacra, Biologia e Física (SPSCJ, 1961).

Todas as disciplinas eram aplicadas em dois semestres (período de duração) (SPSCJ, 1961). A formação recebida pelo Seminário Maior fomentava no aluno o trabalho espiritual, intelectual e disciplinar, os quais, em ação conjunta, visavam à ordenação para o fim pastoral. Os estudos no curso de Filosofia concentravam-se primeiramente nas disciplinas de Ética, Lógica e Psicologia; além disso, o aluno aprendia História e Pedagogia, o que lhe possibilitava, posteriormente, quando formado, lecionar no próprio Seminário.

As disciplinas do curso de Filosofia eram voltadas para que os alunos obtivessem um conhecimento sólido e coerente do homem, de Deus e do mundo. A estrutura curricular do Seminário Maior, em todas as disciplinas, incluía a organização de cada conteúdo com o objetivo de incentivá-los nos estudos do Ministério de Cristo.

2. No curso de Teologia

O curso de Teologia tinha a duração de quatro anos, com o objetivo principal de preparar o aluno para se tornar padre e seguir a vida sacerdotal. As disciplinas eram direcionadas para essa finalidade. A rotina do Seminário no curso de Teologia era a mesma apresentada no curso de Filosofia, com os mesmos horários de aula, missa, orações e intervalos.

As disciplinas eram as seguintes: *Teologia Dogmática* (Teologia Dogmática), *Teologia Moraes* (Teologia Moral), *Sacra Scriptura* (Sagrada Escritura), *Jus Canônico* (Direito Canônico), *História Eclesiástica*, *Teologia Pastoralis* (Teologia Pastoral), *Teologia* (Teologia) *Ascética et Mystica* (Ascética e Mística), *Medicina Pastoralis* (Medicina Pastoral), *Liturgia* (Liturgia), *Actio Catholica* (Ação Católica), *Oratoria Sacra* (Oratória Sagrada), *Cantus Gregorianus* (Canto Gregoriano) (SPSCJ, 1961).

O objetivo dessas disciplinas na área de Teologia era reforçar a fé do aluno por meio do conhecimento dos estudos do Ministério de Cristo. As disciplinas voltadas à Teologia tinham como propósito levar o estudante ao conhecimento da História da Igreja e aos atos litúrgicos na própria Igreja. Este acesso seria facilitado pelo fato de o estudante se preparar para se tornar um sacerdote.

As disciplinas teológicas deviam ser ensinadas à luz da fé e sob a direção do Magistério da Igreja, de modo que os estudantes pudessem haurir acuradamente da Revelação divina a doutrina católica, nela penetrar profundamente, torná-la alimento da própria vida espiritual, anunciá-la, expô-la e defendê-la no ministério sacerdotal (PIO XII, 1951, p. 16).

Os estudantes formados nos estudos das sagradas escrituras eram iniciados no método “exegético”, por meio do qual conheciam os temas principais da Revelação Divina. Feito isso, recebiam incentivo à leitura e à meditação diária dos Livros Sagrados. Essa iniciação era uma forma de incentivar o aluno a se manter no Seminário, classificando-o como integrante/ajudante da própria instituição.

As atividades extracurriculares para o Seminário Maior eram realizadas por meio de Aulas de Canto, Música e Desenho. No entanto, não tivemos acesso a documentos que comprovem se essas aulas eram dadas sem qualquer pagamento ou com o pagamento de uma taxa ou mensalidade à parte.

Assim, é possível perceber que, no Seminário Maior, os conteúdos das disciplinas abrangiam os ensinamentos de Cristo, a Arte, Ciência e a relação humana,

mostrando-se ser uma instituição que formava homens aptos para lidar com a vida sacerdotal e/ou vida pública segundo os preceitos da Igreja Católica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O progresso do país instituído entre os anos 1950 a 1964 estava pautado em diversas frentes: desenvolvimento intelectual, teológico e progresso social. Observa-se que algumas instituições sociais participaram desse projeto social, como é o caso da escola.

A formação recebida pelo Seminário Maior estimulava no aluno o trabalho religioso, intelectual e disciplinar, com o objetivo de ordená-lo para o fim pastoral. No entanto, nem todos seguiam esse caminho. Essa ordenação pode ser comprovada através das disciplinas dos cursos oferecidos ao Seminário Maior: Curso de Filosofia e Curso de Teologia.

Os alunos que frequentavam o Seminário Sagrado Coração de Jesus tinham mais interesse em receber a formação que a instituição oferecia do que propriamente em se tornarem padres, visto a importância desse Seminário para a cidade de Diamantina e região.

Nessa perspectiva, o pensamento pedagógico brasileiro fazia parte da construção da modernização do país, e as instituições de ensino ligadas à Igreja Católica, como é o caso do Seminário de Diamantina, apresentavam-se como espaços importantes para esse fim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, Profa. Dra. Sandra Cristina Fagundes de Lima, que, mesmo aposentada, aceitou enviar esse trabalho para o Congresso Nacional de Educação. Infelizmente, no dia 6 de agosto de 2024, recebi a triste notícia de seu falecimento, espero que sua memória continue viva e que sua contribuição para a História da Educação no Brasil seja sempre recordada.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, António Gomes. A difusão da escola e a afirmação da sociedade burguesa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Coimbra, n. 9, p. 177-198, jun. 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576161080007> Acesso em: 12 maio 2024.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de; SILVA, Jefferson Ildfonso da. Ações e reflexões Freireanas sobre educação à luz de uma Igreja profética (1958-1970). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, p. 203-219, jul./dez. 2011. Disponível em: www.pliniocorreadeoliveira.info/2012-aco-es-e-reflexoes-freireanas-sobre-educacao-a-luz-de-uma-igreja-profetica-1958-1970/#gsc.tab=0 Acesso em: 12 maio 2024.

OLIVEIRA, Michelle Mattar Pereira de. **Seminário Sagrado Coração de Jesus: os padres Lazaristas e a formação religiosa em Diamantina-MG 1950-1964**. 2014. 144p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/13964> Acesso em: 12 maio 2024.

PIO XII. **Sobre a santidade da vida sacerdotal**. Trad. Afonso J. Rocha. Petrópolis: Vozes, 1951. 49 p. (Documentos Pontifícios, n. 63).

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado** (crítica ao populismo Católico). São Paulo: Kairos, 1979.

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (Diamantina, MG). **Livro de crônicas do segundo semestre de 1964**. Diamantina: Seminário Provincial Sagrado Coração de Jesus de Diamantina Seminário Maior e Menor, 2. sem. 1964.

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (Diamantina, MG). **Livro de matrículas dos alunos do Seminário Provincial de Diamantina**.Diamantina, 1932-1955. 99 p.

SEMINÁRIO ARQUIDIOCESANO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (Diamantina, MG). **Livro de matrículas dos alunos do Seminário Provincial de Diamantina, a partir do ano de 1956**. Diamantina, 1956-1996.400 p.

SEMINÁRIO PROVINCIAL SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (Diamantina, MG). **Seminário Provincial de Diamantina: calendário das atividades do Seminário Maior e Menor**. Diamantina, 1961. 76 p.

SEMINÁRIO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS (Diamantina, MG). **Seminário de Diamantina: estatutos**. Diamantina, 1956a. 15 p.

SENRA, Alvaro de Oliveira. A liberdade de ensino e os fundamentos da ação política do segmento privado no Brasil entre 1945 e 1964. **Rev. Bras. Hist. Educ**, Campinas, v. 10, n. 03, p. 55-82, dez. 2010 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942010000300004&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 12 maio 2024.